

MESA-REDONDA SOBRE

**“A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NA INTERSECÇÃO
DOS OUTROS “PATRIMÓNIOS”: BALANÇO DOS ANOS 90
E PERSPECTIVAS PARA O SÉC. XXI”**

A ADECAP - Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (R. Aníbal Cunha, 39 - 3º - sala 7 - 4050 Porto) organizou, na Fundação Eng.º António de Almeida (R. Tenente Valadim, Porto), nos dias 13 e 14 de Março de 1998, uma mesa-redonda sobre o tema em epígrafe. Foram seus moderadores Cláudio Torres (director do Campo Arqueológico de Mértola e do Parque Natural do Vale do Guadiana) e Vítor Oliveira Jorge (professor da Faculdade de Letras do Porto e presidente da direcção da ADECAP).

Um numeroso público (c. 150 a 200 pessoas no total) assistiu e participou nos debates, que se dirigiram a arqueólogos, arquitectos, ambientalistas, outros especialistas do património arquitectónico-artístico e natural, investigadores, agentes do turismo e desenvolvimento, estudantes, etc.

A entrada foi livre, tendo os participantes preenchido apenas, no momento, uma ficha de identificação. Houve, no átrio, uma área de venda de livros sobre temas de arqueologia e, em geral, do património cultural e natural, realizada pela Livraria Leitura, do Porto.

Tratou-se de uma reunião em que não houve comunicações, nem um painel de oradores, mas a abertura ao debate o mais participado possível, visando responder a um conjunto de questões que estão na mente dos arqueólogos, dos técnicos e estudantes de arqueologia, das pessoas que trabalham primordialmente sobre outras áreas do património, e do público interessado nestas matérias. Procurou-se, nestes finais dos anos 90 do nosso século, perspectivar o que se tem feito na última década, e apontar caminhos para o novo século que se aproxima.

As perguntas que estavam sobre a mesa, eram: quais são as principais aquisições dos últimos anos no conhecimento dos valores e recursos arqueológicos do país, no sentido mais amplo dessa expressão? Que história(s) temos vindo a construir com tais aquisições? Como temos imbricado essas narrativas com a própria história do meio-ambiente, simultaneamente produto natural e resultado acumulado da acção humana? Que perspectivas e pressupostos teórico-práticos enformam a nossa actividade de pesquisa, de divulgação, de valorização do património que estudamos? Quem, onde, e como, tem condições para exercer a actividade de arqueólogo, não apenas voltada para o objecto ou para o sítio, mas para o território, para a paisagem no seu conjunto? Como é que essa actividade pode ser cada vez mais sentida como um *serviço* pelo conjunto da população? Como é que ela se poderá situar a montante das acções de transformação da paisagem, participando no seu planeamento? Que formação estamos a dar aos nossos jovens no sentido de responder às reais

necessidades do país e de uma arqueologia mais comprometida com a realidade que a cerca? Como é que a arqueologia se articula com outros tipos de património, com outros campos de investigação e de actividade, e que esforços têm feito nesse sentido, não só os arqueólogos, como outros especialistas que deles se abeiram? Como é que a arqueologia pode crescer entre nós, como um domínio da ciência, da cultura – e não apenas da “alta cultura”, como dantes se chamava, mas da qualidade de vida geral e da cidadania –, e do desenvolvimento? Que organismos devem coordenar e desenvolver as actividades arqueológicas e afins, e como? Qual a responsabilidade do Estado, das autarquias, do movimento associativo e empresarial?

Evitando responder a tão vastas e diversificadas questões com lugares comuns, ou com ideias já avançadas em encontros anteriores, mas procurando soluções pragmáticas, realistas, ousadas e inovadoras, tentou-se dar um salto em frente na consciência pública relativamente ao património do país, encarado de uma forma integrada.

Mais concretamente, foi o seguinte o *programa* da sessão:

13.III.98 (sexta-feira)

11 horas - A investigação: os grandes projectos, os conhecimentos e perspectivas que têm proporcionado, o incremento da inter e da trans-disciplinaridade, a abertura a um espaço trans-nacional, as áreas em que agora é prioritário investir.

13-15 horas - Intervalo

15 horas - O enquadramento institucional: as universidades, os museus, as autarquias, os parques.

17 horas - Intervalo

17,30-19,30 horas - A “sociedade civil”: as associações, as empresas, a responsabilidade dos indivíduos, a profissionalização das actividades e a formação, a educação do público, o papel dos jovens e dos estudantes.

14.III.98 (sábado)

10 horas - O *enquadramento estatal*: os organismos responsáveis, a legislação e regulamentação vigentes e as necessárias.

13-15 horas - Intervalo

15-16,30 horas - *Síntese e conclusões*: como se constrói um património para a sociedade democrática?

Do que se disse na reunião foi feito um registo, que agora se procurará passar para livro, o qual se pretende que seja editado e posto à disposição de todo o público.

V.O.J. / C.T.